

01 JUL 1999

CORREIO BRAZILENSE

Escola do Gama boicota prova do GDF

Seis turmas comunicaram à Divisão de Ensino que não fariam exame. Resultado só sai na primeira semana de agosto

Cristine Gentil
Da equipe do Correio

Boicote, ameaça de ação judicial e o anúncio de uma nova pesquisa. As reações contrárias à aplicação do exame de avaliação das escolas públicas do Distrito Federal foram diversas. Mas todas tiveram como pano de fundo a desconfiança de que a prova foi um artifício usado para acabar com a escola candanga — o método pedagógico implantado em algumas escolas pelo governo passado, diferente do modelo seriado adotado na maioria dos colégios do país. O método da escola candanga

avalia os alunos ao longo do período escolar e não apenas em notas de provas.

Na última terça-feira, a Fundação Cesgranrio — contratada pela Secretaria de Educação do DF — aplicou uma prova de múltipla escolha com questões de português e matemática para 45 mil alunos de 1º grau do Distrito Federal. Os alunos responderam também a um questionário socioeconômico e professores e diretores a uma outra bateria de perguntas.

Pelo menos em uma escola escolhida para a realização do teste, a prova não pôde ser aplicada. Os professores da Escola Classe 16, do Gama,

decidiram impedir a aplicação dos questionários em seis turmas de primeira e segunda fases da escola candanga. A decisão foi comunicada aos pesquisadores e em um ofício para a Divisão Regional de Ensino do Gama.

Segundo o relatório preliminar da Cesgranrio, os testes foram aplicados em 1.646 das 1.692 turmas previstas. Apenas nessa escola do Gama, o teste foi boicotado. As outras turmas não fizeram porque estavam em excursões fora da escola, uma vez que o teste não foi avisado com antecedência.

A secretária de Educação, Eurides Brito, só vai dar declarações sobre a avaliação na primeira semana de agosto quando serão divulgados os primeiros resultados das provas aplicadas pela Cesgranrio. Na terça-feira passada, a secretária informou que os testes seriam para avaliar os projetos pedagógicos das escolas públicas do

DF de maneira geral e não apenas a escola candanga.

A justificativa apresentada pela Escola Classe 16, segundo a diretora Marilda de Fátima Araújo, é que “a metodologia da avaliação não é apropriada e entra em contradição com a proposta educacional e com o projeto político-pedagógico da escola”.

“Não somos contra a avaliação, mas não dessa forma. Já fazemos a nossa avaliação periódica por outros mecanismos que consideramos mais progressistas. Essa prova, da forma como foi feita, por uma empresa de fora de Brasília, é descontextualizada”, explica a diretora Marilda de Fátima Araújo.

O Sindicato dos Professores do DF (Sinpro) sustenta que o descontentamento não é exclusividade dos professores do Gama. “A categoria está indignada com o encaminhamento dessa avaliação. Professores e pais fo-

ram excluídos do processo. Nós entendemos que a avaliação das escolas deve ser um processo contínuo. Essa pesquisa é mais uma tentativa de desmonte da escola candanga”, explica Rejane Pitanga, diretora do Sinpro.

Segundo ela, o Sinpro fará em agosto uma pesquisa com toda a comunidade escolar — pais, alunos, diretores e professores — para ter uma outra forma de avaliação dos projetos pedagógicos implantados no governo passado.

Muitos pais também questionam a metodologia usada pela Fundação para fazer o teste. O Conselho Escolar da Escola Classe da 304 Norte vai encaminhar um pedido formal à Fundação Educacional e à Secretaria de Educação para ter acesso às provas aplicadas. “Só posso saber se a aplicação das provas foi adequada ou não se tiver acesso às questões e aos

questionários. Se não nos fornecerem uma cópia, entraremos com um mandado de segurança na Justiça”, avisa Alvinio Lemos, pai de dois alunos da Escola Classe da 304 Norte.

Ele faz questão de enfatizar que não é contra a avaliação, mas critica a metodologia usada e compartilha da desconfiança de que o objetivo é avaliar apenas a escola candanga. “As pessoas que aplicaram os questionários não são preparadas para fazer esse tipo de avaliação”, acrescenta.

Apesar de não conhecer detalhes sobre a avaliação, o ex-secretário de Educação Antônio Ibañez concorda que esse não é o método mais eficaz. “Uma prova desse tipo só avalia conteúdo. É baseada provavelmente no sistema seriado. Com certeza, não vai avaliar o desenvolvimento da criança, nem os efeitos da jornada ampliada na escola e nem o aperfeiçoamento de professores”, explica.